

Coleção
Oficinas da História

Direção
Edgar de Decca

A Formação da Classe Operária Inglesa vol. I
(A árvore da liberdade) — *E. P. Thompson*

A Formação da Classe Operária Inglesa vol. II
(A madição de Adão) — *E. P. Thompson*

A Formação da Classe Operária Inglesa vol. III
(A força dos trabalhadores) — *E. P. Thompson*

Mundos do Trabalho — *E. J. Hobsbawm*

Onda Negra, Medo Branco — *Celia Maria Marinho de Azevedo*

O Retorno de Martin Guerre — *Natalie Zemon Davis*

Senhores e Caçadores — *E. P. Thompson*

A Vida Fora das Fábricas — *Maria Auxiliadora Guzzo Decca*

ERIC J. HOBSBAWM

MUNDOS DO TRABALHO
Novos Estudos sobre História Operária

4ª
edição
revista

Tradução:
Waldea Barcellos
e
Sandra Bedran

Revisão técnica:
Edgar de Decca
e
Michael Hall



PAZ E TERRA

Copyright © 1984 E. J. Hobsbawm

Título original em inglês:

Worlds of Labour — Further Studies in the History of Labour

Coleção:

Oficinas da História

vol. II

CIP-Brasil. Catalogação-na fonte

Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

B637f

Hobsbawm, Eric J., 1917-

Mundos do Trabalho,

Eric J. Hobsbawm. Tradução de Waldea Barcellos e Sandra Bedran. —

Rio de Janeiro : Paz e Terra, 2000.

ISBN 85-219-0357-X

1. Trabalho — História 2. Trabalho e trabalhadores — História. I. Título II. Série

87-0105

CDD-331.11

CDU-331(09)

EDITORA PAZ E TERRA S/A

Rua do Triunfo, 177

Santa Ifigênia, São Paulo, SP — CEP 01212-010

Tel.: (011) 223-6522

E-mail: vendas@pazeterra.com.br

Home Page: www.pazeterra.com.br

2005

Impresso no Brasil/Printed in Brazil

SUMÁRIO

Ilustrações	7
Agradecimentos	9
Prefácio	11
1. História operária e ideologia	15
2. Notas sobre consciência de classe	33
3. A religião e a ascensão do socialismo	55
4. Qual é o país dos trabalhadores?	79
5. A transformação dos rituais do operariado	99
6. Homem e mulher: imagens da esquerda	123
7. Sapateiros politizados (<i>Em co-autoria com Joan W. Scott</i>)	149
8. O mercado de trabalho de Londres no século XIX	193

9. O “novo sindicalismo” em perspectiva	225
10. A formação da cultura da classe operária britânica	257
11. O fazer-se da classe operária, 1870-1914.....	279
12. O debate sobre a aristocracia operária	305
13. A aristocracia operária reexaminada	323
14. Artífices e aristocratas do trabalho?	357
15. A década de 70: sindicalismo sem sindicalistas?	387
16. Deveriam os pobres se organizar?	399
17. O operariado e os Direitos Humanos	417
Índice analítico	441

ILUSTRAÇÕES

O autor agradece o uso das seguintes fontes:

Jean François Millet, *La République* (foto por cortesia do Courtauld Institute of Art)

Eugène Delacroix, *Liberté Guidant le Peuple* (Museu do Louvre, Paris)

Félicien Rops, *Peuple* (cortesia do Victoria and Albert Museum, Londres)

Bandeira da Sucursal de Southend da União Nacional dos Trabalhadores em Geral (foto, John Gorman Collection)

Vera Mukhina, *Woman and Collective Farmer* (Agência de Notícias Novosti)

Constantin Meunier, *Femme du Peuple* (cortesia da A. C. L., Brussels)

Richard Earlom (à maneira de Joseph Wright of Derby), *O Forjador de Ferro* (Thomas Agnew and Son)

Aleksandr Terent'evich Matveev, *October* (1927, foto por cortesia do Courtauld Institute of Art)

O Capítulo 8, “O mercado de trabalho de Londres no século XIX”, foi reimpresso de *London: Aspects of Change*, Londres, MacGibbon & Kee, 1964.

O Capítulo 15, “A década de 70: sindicalismo sem sindicalistas?”, foi publicado no *New Society*, de 5 de abril de 1979.

O Capítulo 16, “Os pobres deveriam se organizar?”, foi publicado no *The New York Review of Books*, 3 de março de 1978.

PREFÁCIO

Este é mais um volume de estudos sobre história do trabalho. Ele sucede, após longo intervalo, a coletânea publicada pela primeira vez em 1964 sob o título *Trabalhadores*.*

O tema principal desses estudos é a formação e a evolução das classes trabalhadoras no período entre o fim do século XVIII e meados do século XX, bem como a relação entre a situação em que tais classes se encontram na sociedade e a “consciência”, os modos de vida e os movimentos que elas geraram. Como em *Trabalhadores*, não me concentro muito nas organizações, ideologias e políticas trabalhistas e socialistas enquanto tais (embora considere que elas sejam uma dimensão essencial das classes trabalhadoras), mas sim em suas raízes na realidade das classes trabalhadoras, incluindo a de seus militantes. Alguns daqueles sobre quem escrevo têm nomes, que são conhecidos em um universo mais amplo, outros não. Mesmo assim, todos participaram de um universo mais amplo, e por isso tentei levar em conta suas relações com ele. A história de qualquer classe não pode ser escrita se a isolarmos de outras classes, dos Estados, instituições e idéias que fornecem sua estrutura, de sua herança histórica e, obviamente, das transforma-

* Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1981.

“Seleção dos Mais Aptos”, causa uma especialização crescente de função, fazendo surgir um grupo distinto, com um Padrão de Vida e tradições grupais próprias, às quais cada recruta alegra-se em ajustar-se”.

71. Em números absolutos: 1906, 343.200 (More, *Skill*, p. 103); 1966: 271.650 (*Min of Labour Gazette*, janeiro de 1967); 1974: 66 mil (*Min of Labour Gazette*, maio de 1974). A idade regulamentar para o término da instrução escolar foi elevada para dezesseis anos a partir de setembro de 1972. Somente são indicados dados do sexo masculino, devido aos números insignificantes de aprendizes do sexo feminino.

15

A DÉCADA DE 70: SINDICALISMO SEM SINDICALISTAS?

O sindicalismo em seu sentido literal foi uma filosofia e um estilo de ação sindical quase revolucionária que surgiu, primeiramente, nos sindicatos franceses pouco antes de 1900 e teve um papel de importância variável nos movimentos operários de uma série de países industriais durante cerca de vinte anos. Na Grã-Bretanha, sua influência foi, quase com certeza, muito menor do que alguns entusiasmados historiadores de esquerda às vezes supuseram. De qualquer forma, neste sentido literal, ele está morto e enterrado. Entretanto, o termo foi usado em sentido metafórico e de forma polêmica para designar outros fenômenos que não têm qualquer ligação com o significado original da palavra, como “o abuso do poder de negociação pelo setor operário e de outros interesses seccionais em detrimento do interesse coletivo”. Estas metáforas não nos interessam. Existe, porém, um terceiro sentido, no qual “sindicalismo” pode representar certas características dos movimentos operários que se tornaram especialmente visíveis durante os anos clássicos da agitação e da ideologia sindicalista, mas que ainda sobrevivem, embora sob uma forma truncada e peculiar. Esta é a razão por que este assunto não é de interesse meramente histórico. O presente ensaio considera as agitações industriais da década de 70 sob este enfoque.

O sindicalismo original era composto de quatro aspectos: uma atitude, uma técnica, uma estratégia e uma esperança. A atitude incluía a hostilidade, não somente ao padrão capitalista mas a toda e qualquer burocracia, de caráter público, privado ou sindical; a crença (nas palavras de G. D. H. Cole) de que “o produtor deveria ter a maior participação possível no controle das condições sob as quais trabalha” e um desejo de substituir a política por ação industrial direta, os partidos por sindicatos. A técnica dependia da militância, preferivelmente espontânea, na ação industrial direta, uma luta sem tréguas. Deveriam ser usados quaisquer métodos de pressão efetiva, ou seja, atingir o adversário onde dói mais: mesmo a sabotagem, embora esta fosse mais comentada do que aplicada. Racionalizou-se esta técnica numa tese de que os trabalhadores deveriam usar os métodos dos capitalistas contra os próprios capitalistas. As implicações desta transferência dos valores capitalistas para o setor operário causou algum desconforto já naquela época. Não foram somente os opositores do sindicalismo revolucionário como Jaurès e os Webbs, que argumentaram que esta transferência corria o risco de solapar o orgulho e a auto-estima dos trabalhadores enquanto trabalhadores, mas também Georges Sorel, seu mais respeitado teórico.²

A estratégia era de dois tipos. Em geral, ela buscava nutrir a consciência de classe através da multiplicação de greves militantes, uma das quais poderia, com sorte, precipitar a forma suprema de ação de classe, a greve geral revolucionária, que (ao contrário da ação dos partidos socialistas) derrubaria o capitalismo. Mais especificamente, os sindicalistas tentaram reconstruir o movimento sindical ao longo de linhas democráticas em vez de burocráticas, como um movimento de classe e não um movimento seccional. Este era por vezes imaginado sob a forma de “um grande sindicato” consistindo em grupos abrangendo todo um ramo industrial (“sindicalismo industrial”), em contraste com os sindicatos de ofício ou seccionais. A esperança era de que, após a revolução, os sindicatos se tornariam as organizações básicas de produção e distribuição numa sociedade socialista. Esta tarefa não ficaria nas mãos do Estado centralizado opressor, e sim a cargo de grupos de produtores autodeterminados.

O sindicalismo, tanto neste sentido histórico específico, como em seu sentido mais amplo, está enraizado em duas características antigas e provavelmente permanentes dos movimentos operários. A primeira é

a tensão entre os aspectos “político” e “industrial” dos movimentos operários, para usar a terminologia britânica familiar. Os dois aspectos quase sempre estiveram associados de alguma forma, mesmo quando o próprio movimento não tomou a forma política de um partido ou de partidos especificamente baseados na classe operária e/ou dedicados à transformação socialista da sociedade. Um movimento sindical completamente apolítico praticamente não faz sentido, e seria hoje tão irrealista quanto uma indústria automotiva que alegasse não ter nada a ver com estradas. Ao mesmo tempo, sempre houve tensões e divergências entre os aspectos industrial e político do movimento.

Isto vinha acontecendo desde o início do século XIX, embora não fosse tão visível até o momento em que as duas frentes do setor operário chegaram a se organizar no que se supôs ser um único movimento consolidado e coordenado. Estas divergências se tornaram óbvias mesmo quando os sindicatos eram na realidade criados pelo partido socialista, como aconteceu com frequência no continente europeu ao final do século XIX, ou quando o partido era planejado como o braço político, dos sindicatos, como na Grã-Bretanha.

Às vezes, como no Partido Social-Democrata da Alemanha antes de 1914, os sindicatos se localizavam nitidamente à direita dentro do partido. Às vezes, como na França, eles alegavam estar tão à esquerda do partido a ponto de rejeitá-lo e a qualquer política como incuravelmente oportunista. O “sindicalismo” como conceito e plano de ação surgia desta rejeição. Mas o que é importante não é a topografia política de sindicatos e partidos em qualquer momento, e sim o fato de que ambos, embora alegassem caminhar de braços dados na direção do objetivo comum, raramente estiveram na mesma cadência por mais do que curtos períodos, a não ser que um ou outro, ou ambos, estivesse fraco demais para algo além de gestos públicos.

A razão mais óbvia é que o trabalho de rotina de qualquer sindicato eficaz, a defesa e o aperfeiçoamento das condições de seus membros (ou de seus membros em potencial), na medida em que isto dependesse de negociação coletiva, continua sob qualquer governo, e não pode se interessar principalmente por aperfeiçoamentos que não sejam para *agora*, quaisquer que sejam suas esperanças para o futuro, ou suas simpatias e compromissos políticos. Como sabemos, este fato pode colocar os sindicatos britânicos em conflito mesmo com governos trabalhistas, que eles sem dúvida preferem a qualquer outra alternativa

disponível, embora tudo parecesse mais simples nos dias em que todos os governos eram burgueses. Mas, em todo o caso, o líder ou ativista sindical marxista revolucionário mais inflamado — e existem e existiram muitos — deve passar a maior parte de seu tempo em atividades que, teoricamente, poderiam ser conduzidas tão bem por alguém sem interesse em derrubar o capitalismo.

Na prática, os revolucionários contribuíram de forma desproporcional para o movimento sindical porque, paradoxalmente, uma falta de comprometimento com o *status quo* (incluindo o dos sindicatos “moderados”) tornou-os melhores (em sua capacidade industrial) na função de obter concessões. Esta característica os predispôs a advogar novos métodos de luta, organização, estratégia e tática sindical, e, desta forma, na Grã-Bretanha, a extrema-esquerda — marxista, sindicalista ou o que quer que fosse — funcionou não só como uma escola de treinamento de quadros políticos, mas como uma vanguarda e como um conselho intelectual do movimento desde a década de 1880. Os revolucionários também se inclinam, pelo menos no início de suas carreiras, a ser imunes às tentações do luxo do capitalismo e (mesmo quando não estão excluídos delas por seu dever de obediência) às tentações de carreiras alternativas que se lhes oferecem, por exemplo, na política. Entretanto, permanece o fato de que a atividade sindical eficaz e militante não coincide com engajar-se na revolução. Os sindicalistas, que tentaram contornar esta dificuldade alegando que as duas atividades coincidiam, provaram estar errados.

Esta preocupação dos sindicatos com a reorganização presente da sociedade, e não com a futura, e com suas próprias atividades restritas, há muito causa críticas no movimento. Os anarquistas puros preocupados com os anarcossindicalistas, e os socialistas ou os comunistas não param de reclamar do “economicismo” ou do “corporativismo”. A teoria marxista anterior a 1914 chegou ao ponto de argumentar (com Kautsky, seguido por Lênin) que os trabalhadores por si sós eram capazes de desenvolver somente uma consciência de classe “sindical”, permitindo que a “consciência socialista” chegasse ao movimento, proveniente de fora. Esta análise desesperançada é incorreta do ponto de vista histórico, mas não deixa de ser pertinente.

Na verdade, a forma original do socialismo da classe operária era totalmente caseira. Grupos de trabalhadores imaginaram a extinção do capitalismo por meio de uma rede de cooperativas de produtores, pois

(justificadamente) não podiam ver nada nos empregadores capitalistas do século XIX que os categorizasse para exercer quaisquer funções técnicas ou administrativas que não pudessem ser exercidas da mesma forma pelas pessoas que, na verdade, realizavam, e, em grande parte, também organizavam, a produção. Este ideal do “mutualismo” ou de uma “comunidade cooperativista” é freqüentemente confundido com as formas contemporâneas do que Marx chamou “socialismo utópico”, e, por vezes, como no caso do owenismo, foi associado a ele. Entretanto, ele é melhor considerado como uma forma independente de socialismo do artífice ou dos trabalhadores semi-industriais.

Agora, podemos ver, como Marx o fez, que estes primeiros equivalentes industriais dos *narodniks* russos ou dos anarquistas de aldeia da Espanha interpretaram mal tanto a natureza e a complexidade da economia moderna, quanto a extraordinária transformação da produção e da sociedade que o capitalismo, já então, estava começando a realizar. Pode ter parecido plausível naquela época pensar no socialismo como o que sobrasse quando a superestrutura do proprietário rural e do capitalista fosse eliminada, e a concorrência substituída pela cooperação, embora os problemas de uma economia nacional cooperativista suscitassem algumas questões já naquela época. Esta idéia tornou-se cada vez menos plausível. Na verdade, mesmo nos países em que a cooperação entre produtores permaneceu muito mais forte, como ideal e como realidade limitada, do que na Grã-Bretanha, onde ela desapareceu rapidamente, a perspectiva “mutualista” do socialismo se esvaneceu. O sindicalismo tentou revitalizá-la mas, talvez com exceção dos anarquistas espanhóis, as idéias reais de como deveria operar uma economia conduzida, não por um Estado coletivo, mas por unidades autônomas de produtores, implicavam complexidades além do alcance das cooperativas de artífices. Naturalmente, para a maior parte dos sindicalistas (e, para ser justo, para a maioria dos socialistas), estes eram problemas remotos que somente surgiriam após a revolução e que, então, de alguma forma, se resolveriam economicamente. Ao contrário do socialismo mutualista, o sindicalismo era, na prática, um *slogan* para a luta, e não um programa de transformação social.

Nos locais em que este mutualismo ou proto-sindicalismo era forte, ele deixou uma forte desconfiança da “política” e uma esperança, cada vez mais vaga, de uma revolução social através da intensificação da ação industrial direta, resultando na greve geral revolucionária.

Por toda parte, deixou uma forte tradição de democracia sindical, de iniciativa e ação direta a partir das bases, uma crença em que os trabalhadores deveriam se encarregar do processo real do trabalho e uma aversão nítida pela interferência da administração na oficina. A escala, a hierarquização e a burocratização crescentes da administração e da produção reforçaram estes sentimentos. Mas tudo isso implicava uma restrição instintiva da perspectiva das bases dos trabalhadores a seus próprios grupos ou seu próprio local de trabalho específico. A unidade real de experiência e ação era, e ainda é, por exemplo, Longbridge ou Halewood e não a British Leyland ou a Ford, muito menos “a indústria automobilística” ou “a economia nacional”. Isto é bastante natural. Mesmo na Revolução Russa de 1917, foi observado que as grandes demonstrações de rua continham relativamente poucos trabalhadores: após os primeiros dias eles já realizavam reuniões em suas fábricas.

Tanto este bairrismo quanto este seccionalismo incorporado podem ser compensados, ou pelo menos obscurecidos por diversas formas bastante distintas do reflexo de solidariedade de classe e auxílio mútuo. Movimentos com origem no povo tendem a se aglutinar nos tempos de fermentação geral da classe operária e são facilmente propagados durante “explosões operárias” ou mobilizações de cunho revolucionário ou não. Eles também são unificados pela política. Na verdade, a maioria (mas não todas) das explosões operárias de origem popular apresentou uma tendência maior para serem detonadas por acontecimentos do universo mais amplo da política, do que por desdobramentos internos nas relações industriais, como na França em 1936 e 1968. Kautsky e Lênin estavam certos ao argumentar que a consciência efetiva que unisse todos os setores de trabalhadores como uma classe requeria algo mais do que a conscientização sindical. Ela foi atingida por partidos, freqüentemente simbolizados por líderes individuais, mas raramente, talvez nunca (sem a ajuda dos partidos), por movimentos sindicais nacionais, que normalmente foram federações coordenadoras de sindicatos autônomos mediante funcionários experientes e discretos. As grandes personalidades do movimento sindical britânico representam e pertencem a sindicatos e não ao TUC: Arthur Horner e Jack Jones, ao invés de Woodcock ou Murray.

As organizações sindicais nacionais sempre tiveram consciência da necessidade de consolidar estas manifestações de ação localizada ou seccional num movimento e num plano de ação geral. E aqui está a

segunda raiz do “sindicalismo” em sentido mais amplo. Existe um potencial permanente, ou uma tensão real, entre as bases e a liderança nos sindicatos. Pois, como demonstraram os Webbs há muito tempo, apesar da paixão sindical enraizada pela democracia local direta, que ainda sobrevive na prática de decisões tomadas por assembléias gerais, um movimento eficaz não poderia se desenvolver sem organização, disciplina, liderança e funcionários de dedicação integral a nível nacional. Os sindicatos do sindicalismo clássico, em sua maioria, eram demasiadamente ineficientes para algo além de uma batalha ocasional.

É uma questão de equilíbrio. Se os sindicatos nacionais se inclinasse exclusivamente para o lado das bases, poderiam se desintegrar, como às vezes aconteceu no século XIX, ou se tornarem incapazes de conduzir uma política coerente para todos os seus membros. Este perigo é especialmente importante em países, como aconteceu com freqüência na Grã-Bretanha, em que eles abrangem uma variedade de grupos ou de ramos industriais com interesses divergentes e por vezes conflitantes. Se a liderança é exclusivamente favorecida, como tem sido muito mais comum (por exemplo, na década de 50), o sindicato arrisca perder contato com seus membros. Os sindicatos britânicos se esforçaram de diversas maneiras, e com sucesso variável, no sentido de combinar ou levar em consideração tanto a democracia quanto a liderança nacional, mas este equilíbrio com freqüência não permanece estabilizado.

Ele se torna especialmente instável, não só nos momentos em que a liderança deseja impor às bases políticas inaceitáveis, mas também quando o padrão básico das relações industriais se altera e métodos estabelecidos de organização, negociação e luta se tornam irrelevantes, ineficazes e obsoletos. Na década de 1960, a Real Comissão Sobre Sindicatos apontou uma alteração deste tipo: o deslocamento do centro de gravidade na negociação coletiva de acordos nacionais amplos, e cada vez mais vagos, na direção de negociação por estabelecimento, e, conseqüentemente, o papel crescente dos líderes de oficina e de fábrica. No momento, o equilíbrio, portanto, inclinou-se para as bases, com as lideranças nacionais alinhando-se a ele. A situação se complica pela mudança da liderança de sindicatos nacionais cruciais, pelas rivalidades internas e intersindicais, por alterações de natureza técnica ou não, e sobretudo pelo conflito entre as políticas econômicas nacionais dos governos (mesmo dos governos trabalhistas) e o interes-

se perfeitamente racional dos sindicatos de conseguir o melhor acordo para seus integrantes.

Até que ponto pode a militância operária britânica da década de 70 ser comparada com o sindicalismo clássico? Dos quatro componentes principais deste movimento, agora esquecido, ela perdeu a estratégia e a maior parte da esperança e resguardou parte das atitudes, mas, acima de tudo, a técnica. Ela não se interessa diretamente em reestruturar a sociedade, e não se apresenta como alternativa à política, como não lhe dizendo respeito. Agora ouve-se pouco sobre a reconstrução sistemática do movimento sindical, e menos ainda sobre o ideal sindicalista de transformação social através da conversão dos sindicatos, por assim dizer, em órgãos básicos da sociedade. Em 1979, "The Miners' Next Step" (para citar o título de um famoso panfleto sindicalista revolucionário de 1912, "O Próximo Passo dos Mineiros") era para pedir um aumento salarial de 40 por cento. Em todo o caso, hoje em dia os militantes que esperam que as lutas industriais venham a unir o socialismo, um tema que parece não interessar à maioria dos grevistas, não são sindicalistas. Pelo que pode ser observado, sua esperança está na radicalização *política* da classe operária como um todo, precipitada direta ou indiretamente pelas lutas industriais. É pequena a evidência de que isto venha acontecendo.

Permanecem a atitude e a técnica. Ambas têm algo em comum com o sindicalismo clássico, embora estejam empobrecidas sem a estratégia e a esperança. Na verdade, é mais uma vez questão relevante o tema da "participação mais ampla possível no controle das condições sob as quais (o produtor) trabalha", e, sob rótulos tão gerais quanto "controle por parte dos trabalhadores" e "participação", este tema tornou-se parte do pensamento de marxistas e de outros que, até a década de 60, não lhe dedicaram muita atenção. Até este ponto, as reivindicações originais do sindicalismo foram revitalizadas — mas, especialmente, na esquerda *política*. Nem a prática, nem a retórica da verdadeira militância industrial da década de 70, refletem esta preocupação de forma significativa. De fato, e em oposição tanto à era sindicalista clássica quanto à tendência geral às greves durante boa parte deste século, os grandes movimentos grevistas da década de 70 são predominantemente econômicos, no sentido mais estrito do termo.

De forma que nos resta uma técnica de ação grevista, apoiada essencialmente na base, eficaz e especialmente militante, que os

velhos sindicalistas teriam certamente aprovado, muito embora seus objetivos sejam estritamente "econômicos" e seccionais: aumentar salários, manter ou alterar a posição na hierarquia social dos envelopes de pagamento, proteger os empregos contra a redundância, a mecanização e contra outros grupos de trabalhadores concorrentes. Estes objetivos têm implicações mais amplas, incluindo implicações políticas, somente na medida em que o movimento trata suas exigências como um ataque inflexível sobre a economia, e se recusa a considerar suas conseqüências econômicas mais amplas. Cento e cinquenta anos de experiência tornaram as bases sindicais céticas quanto ao argumento de que os aumentos salariais produzem a catástrofe econômica. O fato de que a situação possa não parecer tão simples quando observada do ponto de vista do governo ou mesmo no nível nacional de liderança sindical é uma outra questão.

A técnica é eficaz porque, ao contrário do período anterior a 1914, sociedades complexas, altamente integradas, podem hoje ser desbaratadas em prazo muito curto por grupos de trabalhadores estrategicamente colocados — e mais do que nunca muitos grupos (mas não todos) estão hoje estrategicamente colocados. E a retirada tácita de uma restrição do sindicalismo clássico torna essa técnica ainda mais eficaz. Mesmo Pouget, o pioneiro da tática extrema da sabotagem, deixou bem claro — pelo menos de público — que a militância era dirigida "somente contra o, capital; contra a conta bancária". "O consumidor não deve ser atingido nesta guerra travada contra o explorador."³ Mas, hoje, o poder das greves, especialmente no setor público, em que o mercado e os lucros não são determinantes, reside em grande parte na habilidade de pressionar o governo através da capacidade de dificultar a vida do público, incluindo a de todos os trabalhadores não-grevistas. Não faz sentido fingir que isto não ocorre. Naturalmente, estes outros trabalhadores podem considerar o inconveniente tolerável por se tratar de uma boa causa e (se tiverem força em suas negociações) esperarão poder usar os mesmos métodos quando chegar a sua vez.

Tudo isto inevitavelmente fica muito distante do sindicalismo revolucionário. Se esquecermos os aplausos e as vaias políticas, os comentários ideológicos e o pensamento ilusório (ou temeroso), o que vemos hoje é um conjunto de táticas eficazes de greve de bases, sendo militantemente aplicadas por um grupo de trabalhadores após o outro, com objetivos que, mesmo pelos critérios de "conscientização sindi-

cal”, são muito estreitos. Nos dias de hoje, a ação sindical não é somente semelhante ao que R. H. Tawney e Hugh Clegg (com sentimentos diferentes) chamaram de “uma oposição que nunca se torna governo”, mas também, para decepção dos socialistas e dos sindicalistas que possam ter sobrevivido, ela não parece se importar com isso. O seccionalismo da ação industrial impõe tensões poderosas e silenciosas sobre a solidariedade de classe, embora esta seja forte. Pois grande parte da militância tem como objetivo aumentar as desigualdades dentro da classe operária, e outra grande parte, mesmo sem a intenção, produz o mesmo efeito. Os trabalhadores em greve com frequência ficam incomodamente conscientes de seu isolamento. Apesar das esperanças e esforços da esquerda, a militância é em grande parte apolítica. Na verdade, é perigosamente largo o fosso que se abriu entre um movimento sindical forte e militante e um Partido Trabalhista enfraquecido do ponto de vista organizacional.

E, no entanto, esta militância indubitavelmente reflete a afirmação contundente da consciência de classe e do poder de classe: uma combinação da insatisfação em massa com a descoberta de que uma geração de mudanças despercebidas proporcionou uma nova eficácia à ação direta. A história dos movimentos operários é pontuada por estes momentos de descoberta ou redescoberta a intervalos de algumas poucas décadas. A França em 1968 e a Itália em 1969 são exemplos recentes. A atual onda de militância industrial britânica parece carecer de um sentido de esperança e liberação, o sentimento quase festivo das primeiras “explosões operárias” — por exemplo, em 1889 ou 1911. Ela está cercada de dúvidas, incertezas e mau humor. No entanto, é um genuíno movimento de classe que se ergueu desde as raízes contra o qual os governos e mesmo as lideranças sindicais são relativamente impotentes.

E apesar do fato de nossas gerações terem sofrido do capitalismo uma lavagem cerebral para acreditar que a vida é o que o dinheiro pode comprar, há mais nesse movimento do que pedidos de aumento de salário. Há mesmo mais do que o desespero quanto a uma sociedade incapaz de dar a seus membros o que eles precisam, uma sociedade que força cada indivíduo ou cada grupo a cuidar de si próprio e não se importar com o resto. já foi dito: “Dentro de cada trabalhador existe um ser humano tentando se libertar”. Na história da classe operária britânica já houve tentativas melhores e mais esperançosas de libertação

dos seres humanos. Mas esta também é uma tentativa. Não adiantará rejeitá-la, amaldiçoá-la e muito menos desejar que ela desapareça. Deve-se prestar atenção. Mas também de nada adiantará ignorar suas limitações.

(1979)

NOTAS

1. G. D. H. Cole. *The World of Labour*. Londres, 1913, p. 35.
2. E. Pouget, *Le Sabotage*. Paris, sd, p. 29; e Maxime Leroy, *La Coutûme Ouvrière*. Paris, 1913, vol. 2, p. 628.
3. Pouget, p. 67; Leroy, *loc. cit.*

DEVERIAM OS POBRES SE ORGANIZAR?

Houve um tempo, talvez de meados do século XIX até meados do século XX, em que os movimentos da esquerda — quer se denominassem socialistas, comunistas ou sindicalistas —, como todos os que acreditavam no progresso, sabiam exatamente onde queriam chegar e, com a ajuda da história, exatamente que estratégia e que esforços deviam ou precisavam empreender para alcançar seu objetivo. Agora isto não acontece mais. Sob este aspecto, é óbvio que não estão sozinhos. Os capitalistas, tanto quanto os socialistas, estão igualmente perplexos com relação à compreensão de seu futuro, e da mesma forma desorientados quanto ao fracasso de seus teóricos e profetas. Os liberais se inclinam a previsões apocalípticas, A Igreja católica, que manteve o século XIX sob controle com surpreendente sucesso, está sucumbindo visivelmente a este final do século XX. Ao final do mais extraordinário período de transformação nos assuntos humanos, os velhos pontos de referência desapareceram, os novos ainda não são reconhecidos como tais, e a aventura intelectual através da paisagem repentinamente alienada da sociedade humana torna-se extraordinariamente enigmática para todos.

Nem a prática nem a teoria da esquerda, esta última quebrando recordes de derramamento de tinta, podem ser adequadamente compreendidas sem uma avaliação desta crise secular, que com frequência

somente aparece sob forma indireta em comentários recentes: através da discussão de teorias e estratégias em geral, ao invés da discussão das modificações da realidade que lançam dúvida sobre ambas. O livro extremamente interessante de Piven e Cloward,¹ que se insere decididamente na tradição da esquerda, enfoca quase que exclusivamente as estratégias dos “movimentos dos pobres”. Ele faz uma análise geral desses movimentos e examina a experiência de quatro deles nos Estados Unidos durante as décadas de 30 e 60: o dos trabalhadores desempregados durante os anos da depressão; o dos trabalhadores industriais que formaram o CIO; o dos ativistas dos direitos civis centrados em torno de Martin Luther King; e o dos criadores da Organização Nacional pelos Direitos à Previdência Social na década de 60. Piven e Cloward argumentam que todos os líderes destes movimentos seguiram sempre o caminho errado ao tentar organizá-los. Construir uma organização não é um esforço simplesmente vão, mas também perigoso:

Durante aqueles breves períodos em que a indignação move as pessoas, quando elas estão preparadas para desafiar as autoridades que normalmente respeitam (...) aqueles que se denominam líderes geralmente não insuflam o ímpeto dos protestos populares. Eles não o fazem porque estão preocupados em tentar construir e sustentar organizações formais embrionárias, na honesta convicção de que estas organizações irão crescer e se tornar poderosas.

Esta proposição poderia e na verdade deve ser discutida por seus méritos. Entretanto, não pode ser adequadamente discutida, ou realmente nem compreendida, fora do contexto histórico que encorajou os autores a formulá-la. Pois, qualquer que fosse sua teoria, virtualmente todos os que estiveram de alguma forma ligados aos movimentos socialistas e operários modernos (com exceção dos anarquistas) até agora tiveram como líquido e certo que o caminho para o futuro, qualquer que ele pudesse ser, passava pela *organização*: através de associações, ligas, sindicatos e partidos, quanto mais abrangentes melhor.

Parecia tão evidente e tão nitidamente comprovado na prática que deveria ser assim, que a própria convicção foi raramente investigada com seriedade. Do ponto de vista histórico, por exemplo, o debate sobre a organização dentro do movimento operário girou principalmente sobre sua escala, com pausas meramente ocasionais para examinar problemas de flexibilidade e de democracia interna. A esquerda se colocou ao lado dos sindicatos nacionais contra os locais

ou regionais; a favor dos sindicatos industriais e contra as associações por ofício; pelos sindicatos grandes, contra os pequenos — talvez até mesmo a favor do Grande Sindicato único que, para os sindicalistas, seria o estuário através do qual a correnteza do movimento alcançaria o mar do socialismo. O ideal do operariado para o movimento operário foi um exército disciplinado e versátil, embora civil e democrático, como testemunha a popularidade muito difundida, inconsciente e insuficientemente investigada, de metáforas militares em sua linguagem. “O sindicato operário em expansão permanente” mencionado no *Manifesto Comunista*, que podia “centralizar as inúmeras lutas locais numa única luta nacional entre classes”, implicava organização. E mais, os argumentos puramente pragmáticos em favor da organização pareciam tão convincentes que os organizadores predominaram sobre os antiorganizadores durante os últimos 150 anos.

É verdade que opositores da organização, de uma forma ou de outra, surgiram de tempos em tempos. Geralmente, isto ocorreu devido a uma dentre três situações: quando o movimento esteve fraco e desanimado; quando ele esteve apaziguado; ou — numa situação um tanto diferente — nas comunidades pré-industriais. No primeiro caso, a mobilização ocasional da massa por pequenos grupos de ativistas, ou técnicas análogas, não foi adotada como alternativa para a organização e sim como substituto inadequado para ela. Se os trabalhadores têxteis de Lawrence, em Massachusetts, pudessem ter sido organizados por um sindicato eficaz, como o eram os operadores de máquinas dos cotonifícios do Lancashire, eles não teriam sido forçados a depender de reides heróicos por parte do IWW. O terceiro caso não nos diz respeito aqui. Pois o que tornava a moderna organização de massa aparentemente irrelevante para, por exemplo, os *pueblos* anarquistas da Andaluzia ou para os altamente qualificados artífices pré-industriais, era a coesão, estruturada informal ou tradicionalmente, de suas comunidades ou de suas ocupações, e sua convicção (cada vez mais irreal) de que as decisões que determinavam suas vidas eram de natureza ou cósmica ou puramente local — como as primeiras eram assunto para a esperança ou para convulsões milenares, somente as últimas tinham interesse prático em seu dia-a-dia.

O segundo caso é o que tradicionalmente estimulou a crítica sistemática da organização, porque, aparentemente, os movimentos radicais que não estavam conseguindo resultados tendiam a substituir suas

realizações objetivas pelo crescimento organizacional; e, por outro lado, a concentração de esforços na organização e em suas atividades, como tal, tornava-os participantes do sistema, os induzia a perder — ou, ainda pior, a rejeitar — diversas oportunidades de luta, e produzia vários tipos de cristalização burocrática e oligárquica. Os partidos socialistas de massa até 1914, especialmente o SDP alemão, foram corretamente criticados por estes motivos por uma quantidade de rebeldes, revolucionários e militantes, bem como por intelectuais decepcionados (por exemplo, Robert Michels). A década de 60 estimulou críticas semelhantes às organizações operárias e socialistas de massa em outro período de capitalismo florescente e aparentemente estável. Piven e Cloward participaram desta onda de críticos da organização, embora, ao contrário dos críticos mais conhecidos deste gênero — anarquistas, seguidores de Rosa Luxemburgo etc. —, eles não se interessassem primordialmente pelos perigos a longo prazo das transformações burocráticas ou totalitárias da organização, mas sim, quase inteiramente, por suas deficiências como meio de mobilização de movimentos de massa aqui e agora.

As tendências periódicas pela antiorganização não podiam durar e não duraram. Elas ou ruíam com maior ou menor rapidez, como os movimentos estudantis da década de 60, ou tentavam se transformar, geralmente sem sucesso, em algo semelhante a organizações permanentes de massa como o “anarcossindicalismo” da CNT da Espanha tentou, com sua organização, substituir o anarquismo puro. Os herdeiros dos rebeldes antiorganizacionistas de antes de 1914 viriam a ser as superorganizações dos partidos comunistas. A ampla transferência de apoio, anteriormente anarquista, para os comunistas em Barcelona é um exemplo tardio deste fenômeno. O que mais se poderia esperar? No sentido mais amplo e geral, citando Robert Michels (testemunha nem um pouco benevolente), “a democracia é impensável sem a organização. Somente a organização dá consistência às massas”. No sentido mais estrito, ela gera resultados, na experiência do dia-a-dia. Se os trabalhadores industriais pudessem escolher entre um sindicato até corrupto e extorsivo e não ter sindicato, poucos hesitariam antes de tomar uma decisão.

As situações que estimulam procedimentos contrários à organização são, portanto, específicas do ponto de vista histórico; o que naturalmente não invalida as críticas à organização. Elas refletem uma sen-

sação de fracasso, e talvez até mais, uma crise de confiança. No caso de Piven e Cloward, parte de sua decepção se origina de experiências específicas da esquerda nos Estados Unidos durante a década de 60, dos problemas específicos de tentar mobilizar grupos extremamente desestruturados de “pobres” (por exemplo, negros recebendo assistência social), e da desilusão dos autores com campanhas às quais eles se associaram de forma ativa, e sobre as quais eles podem falar com conhecimento de primeira-mão, como os movimentos pelos “direitos de previdência social” da década de 60.

Quaisquer que tenham sido os ganhos dos movimentos dos negros da década de 60, o que Piven e Cloward não deixam de admitir, um dos resultados mais óbvios foi a absorção de “grande parte da liderança do movimento negro (...) na política eleitoral, na burocracia governamental, nas universidades, e nos ramos de negócios e indústria”, deixando as massas, como antes, sem líderes; talvez, por algum tempo, neste sentido em pior situação do que antes. Entretanto, tanto sua argumentação quanto seu ar de desencanto com o modelo estabelecido de movimentos passados são mais abrangentes. Dos quatro movimentos escolhidos por eles, dois são realmente marginais. O objetivo dos desempregados da década de 30 e dos protestos por direitos de previdência social na década de 60 era a assistência social. Mas os outros dois movimentos eram centrais. A sindicalização na década de 30 e os movimentos pelos direitos civis na década de 60 não somente pretendiam modificar a situação de *todos* os trabalhadores negros (e não somente um setor da população trabalhadora), mas também tinham a capacidade de conseguir o que queriam; e eles eram também capazes de alterar a estrutura das relações industriais e da política nacional.

Os longos e bem documentados capítulos sobre estes quatro movimentos podem ser lidos simplesmente como exames analíticos, fascinantes e inteligentes, de passagens da história americana recente, mas, para seus autores, eles são principalmente ilustrações de sua tese central. A curva de todos eles, como Piven e Cloward a consideram, era semelhante, embora o período de incubação do movimento pelos direitos civis fosse mais longo e menos dramaticamente repentino do que o dos outros três: a Grande Estagnação e os acontecimentos políticos da década de 60, incluindo o avanço repentino dos direitos civis. Uma fase de insatisfação não-verbalizada (eles citam um senador, “O pes-

soal está sem sossego”) é seguida por uma quantidade de erupções locais lideradas por grupos de quadros políticos relativamente pequenos, ou sem liderança. Os conflitos aumentam em uma situação política que se tornou incerta. As autoridades fazem concessões — e os movimentos ativistas interrompem o ritmo da rebelião e preferem, em seu lugar, exercer pressão adicional através da organização em massa, e usar tanto o novo mecanismo para obter concessões, quanto o velho mecanismo da política estabelecida, aparentemente promissor e acolhedor, com resultados variáveis.

E assim, segundo Piven e Cloward, os grupos de desempregados da década de 30 “ficaram emaranhados em procedimentos burocráticos e começaram a declinar”. Os sindicatos industriais “tinham se tornado cada vez menos dependentes dos trabalhadores e cada vez mais dependentes de suas relações regulares estabelecidas com a administração das empresas”. Quanto aos líderes negros, a maioria “depende do Partido Democrata e da continuidade de sua capacidade de comandar a maioria do eleitorado”, que não é negra. A Organização Nacional pelos Direitos à Previdência Social “tinha relativamente pouca força no processo de influência junto a legisladores”, ao qual ela progressivamente devotou seus inevitáveis anos de declínio. Após o estrondo, a choradeira.

A atmosfera de pessimismo que permeia o livro *Poor People's Movements* expressa desta forma algo mais do que a frustração das esperanças da década de 60. A proposta fundamental sobre a qual Piven e Cloward constroem suas recomendações estratégicas é a potência dos pobres. “Os pobres podem criar crises, mas não podem controlar a reação a elas.” Eles conseguem simplesmente um acordo ligeiramente pior ou ligeiramente melhor, dentro de limites bastante estreitos, em grande parte predeterminados. “Os que protestam quando recebem algo recebem o que a circunstância histórica já estava disposta a conceder-lhes.” Mesmo que os trabalhadores da década de 30 “tivessem exigido a propriedade pública das fábricas, eles provavelmente teriam obtido a sindicalização, se chegassem a receber algo; e se os negros empobrecidos do sul tivessem exigido a reforma agrária, eles ainda teriam conseguido o direito a voto”. Não é uma conquista insignificante, mas não é o que queríamos, e os resultados também não o são. O capitalismo inevitavelmente reintegrou os protestos dos pobres.

O que fica por trás deste sentimento de desencanto? Não é o fracasso em atingir resultados, que tem perseguido alguns movimentos da esquerda, pois os movimentos discutidos por Piven e Cloward, tal como os anarquistas, obtiveram nítidos sucessos, até mesmos sucessos desproporcionais, tendo em vista seu poder real. Sem dúvida, o que desorienta a esquerda não é o fato de o argumento anticapitalista parecer menos convincente do que antes, ou menos fácil de formular (a não ser que insistamos em negar as mudanças no capitalismo desde os dias de Marx e Lênin). Na verdade, é bem mais fácil hoje predizer um negro futuro para a humanidade sob o capitalismo do que o foi durante a última geração. Admite-se que a experiência, tanto das sociedades industriais ocidentais quanto dos regimes socialistas, demonstrou a inadequação do conceito tradicional de socialismo, que era geralmente, e de maneira simplista, definido pelo seu oposto; ou definido ainda mais ingenuamente como o que o capitalismo em qualquer época não fornecesse.

A descoberta de que a crítica do capitalismo não descreve automaticamente o socialismo foi certamente traumática. É agora claro que a “expropriação dos expropriadores”, por si só, pode produzir uma sociedade não-capitalista, mas não necessariamente uma sociedade desejável. É também claro que a evolução do capitalismo veio a prover muito do que os socialistas mais velhos consideravam impossível, e que este antegoço da utopia também não é muito apetecível. Nós agora usufruímos do que um congresso anarquista espanhol de 1898 previu como o glorioso futuro do homem após a revolução, a saber, um mundo de arranha-céus cheios de elevadores, eletricidade, e coleta automática de lixo, habitado por supervisores de equipamentos automatizados. Isto, como sabemos, está tão longe da utopia quanto a abolição da distinção entre cidade e campo por meio do rádio, televisão e do motor de combustão interna. Entretanto, se a esquerda pode ser forçada a pensar sobre a nova sociedade com mais seriedade, isto não torna a nova sociedade menos atraente ou necessária, nem a argumentação contra a sociedade atual menos importante.

Mas o que os radicais e os socialistas desaprenderam é como se chega ao novo a partir do velho. Nem o capitalismo nem seus coveiros nomeados são o que eram em 1914 ou mesmo em 1939. As forças e mecanismos históricos, nos quais os socialistas confiavam para produzir um proletariado cada vez mais militante e uma classe dominante capitalista cada vez mais vulnerável, não estão funcionando como se

supunha que funcionassem. Os grandes exércitos do proletariado não estão mais marchando avante, como uma vez pareceram fazê-lo, em expansão, cada vez mais unidos, e carregando consigo o futuro. É significativo que os movimentos sociais de Piven e Cloward sejam, como indica o título de seu livro, não “dos operários” (cuja desintegração como classe ou “balcanização” eles apontam de passagem), mas sim dos “pobres”, um grupo heterogêneo cujos fatores não têm nada em comum a não ser a pobreza relativa e o fato da insatisfação. O conteúdo dos movimentos dos pobres, como demonstra o título de seu primeiro capítulo, resume-se ao “protesto”.

Os estrategistas da esquerda estão às tontas. Como são muito mais modestas as verdadeiras aspirações dos grandes partidos socialistas de massa (onde ainda existirem na Europa nos dias de hoje) que nos dias de Bebel, Adler e Jaurès! Bem como as esperanças — e isto numa época de crise capitalista global — dos partidos comunistas em relação, à época em que seus líderes eram jovens! Poucos líderes de partidos significativos e politicamente eficazes da esquerda no mundo ocidental ainda acreditam na vitória através de ofensiva frontal, pacífica ou não. Mas eles também não estão definidos quanto à perspectiva alternativa da “guerra de posição” de Gramsci, na qual estão envolvidos, ou até mesmo sobre exatamente contra quem estão em guerra. Uma estratégia cuidadosa e complexa pode, com o tempo, acabar transformando o capitalismo em socialismo, mas vale dizer que no momento presente ninguém tem uma idéia nítida de como isto pode acontecer, muito menos, quando.

No nível emocional, as reações a esta frustração podem se estender desde a rejeição da realidade que não fez jus à teoria, até a rejeição dos deuses e teorias que falharam — rejeição com frequência por parte das mesmas pessoas, como com os atuais “novos filósofos” ex-maoístas, antimarxistas de Paris. No nível intelectual, a possibilidade de escolha é consideravelmente mais ampla e seus resultados mais interessantes. Eles incluem esforços sistemáticos no sentido de repensar as teorias e tradições do socialismo bem como a história dos movimentos populares e operários pois é uma característica da crise atual o fato de não ter em geral produzido uma contração, e sim uma surpreendente expansão da esquerda intelectual européia, embora de uma esquerda bastante perplexa. No nível político, as escolhas se tornaram cada vez

mais restritas, devido aos dramáticos fracassos e decepções das décadas de 60 e 70.

Entretanto, uma tarefa modesta e não controvertida permanece imune aos fracassos: a obtenção do melhor acordo para os pobres aqui e agora. Novas sociedades podem não fazer parte da agenda imediata mas obter empregos para mais pessoas; faz bem como conseguir assistência social. Os pobres não chegam a realizar muito de qualquer forma, e não conseguem controlar seus destinos. Que eles pelo menos possam negociar pela força nas raras ocasiões em que têm alguma força para negociar. É sobre esta tarefa que Piven e Cloward se concentraram, e talvez seja natural que um livro como o deles venha de um país caracteristicamente envolvido com a solução de problemas como os Estados Unidos, onde a perspectiva de uma transformação social básica nunca pareceu especialmente iminente.

Sua análise, portanto, deliberadamente mantém os pés na terra. Ela se baseia na hipótese correta de que os pobres normalmente não encontraram meios de expressar suas insatisfações de forma eficaz, ou de qualquer forma que seja, principalmente porque uma ordem social estável os torna dóceis e os mantém dóceis através do conhecimento de sua fraqueza política. Somente durante perturbações periódicas da ordem social é que eles estarão propensos a “quebrar os laços da conformidade imposta pelo trabalho, pela família, pela comunidade, por todos os componentes da vida institucional”, e pela influência moral (“legitimidade”) que a elite exerce sobre os que lhe estão abaixo.

A Grande Estagnação constituiu nitidamente uma perturbação desta natureza. Nas relações entre brancos e negros, a década de 60 presenciou as tensões, acumuladas a partir da transformação do sul e da migração para os guetos do norte, atingirem seu ponto de saturação. Piven e Cloward argumentam que o setor da estrutura de governo mais sensível à pressão, em momentos como esse, nos Estados Unidos foi a política. Pois é durante estas perturbações que o povo de uma sociedade votante demonstra sinais de “mudança brusca nos padrões tradicionais de voto”, que é, portanto, “um dos primeiros sinais de insatisfação popular”. A mudança em favor dos democratas na década de 30, a retirada do apoio aos democratas no sul e a concorrência pelo que (eles alegam) era considerado um voto negro potencialmente instável nas décadas de 50 e 60 foram, portanto, não só sinais de crise, e reconheci-

dos como tais, mas também meios de predispor os políticos a fazerem concessões.

Portanto, estas perturbações irão desorientar ou dividir as elites — algumas das quais podem até apelar para os pobres nessas épocas e simultaneamente enfraquecer a estrutura de poder, que se torna assim mais vulnerável às pressões dos que são normalmente negligenciados. Esta análise é semelhante à clássica análise das “situações revolucionárias”, embora Piven e Cloward estejam interessados em crises menos espetaculares.

Não estamos enfocando aqui a análise específica dos autores sobre as perturbações das décadas de 30 e 60, que podem ter menos pontos de comparação do que eles sugerem. Apesar do significado da Lei de Wagner de Franklin Delano Roosevelt, parece provável que os movimentos negros da década de 60 consistiram menos no poder que forçou o governo a agir, e muito mais na reação — imprevisivelmente avassaladora — ao que parecia ser um estímulo vindo de cima, do que fora o caso na década de 30. Em minha opinião, o ponto principal de Piven e Cloward é identificar situações que tornam o sistema sensível a pressões vindas de baixo.

No entanto, a própria pressão dos “pobres” é determinada institucionalmente pelo que o sistema estabelece como protesto legítimo (por exemplo, o voto, nos Estados democráticos parlamentares) e, enquanto ela ultrapassa as formas permitidas, é determinada pela ação permitida e estimulada pela real situação de quem protesta. O que esta situação os incita a fazer é a dirigir os protestos sobre problemas específicos a alvos específicos. Piven e Cloward apreenderam nitidamente um ponto que frequentemente foge aos analistas ideológicos, a saber, que os trabalhadores “não têm experiência do capitalismo monopolista”, e sim da fábrica, da linha de montagem, do contramestre, do pagamento e do empregador; e as pessoas que recebem assistência social “não têm experiência da política previdenciária americana” e sim de salas de espera desgastadas, inspetores, assistentes sociais e da pensão.

Por outro lado, o que a situação permite aos que protestam depende de como os grupos de protesto organizaram suas vidas rotineiras e seu trabalho. A maioria dos pobres que protestam, ao contrário dos trabalhadores fabris, é relativamente desestruturada. Entretanto, o que eles sempre podem fazer, se lhes é dada qualquer possibilidade de ação, é rebelar-se “contra as regras e contra as autoridades associadas

a suas atividades diárias”, ou seja, retirar sua colaboração. A contribuição mais original de Piven e Cloward para este tema é o argumento de que esta rebelião localizada é na realidade a forma mais eficaz de ação disponível para os pobres. Se protestassem de qualquer outra forma, teriam menos resultados, visto que “as pessoas não conseguem desafiar instituições às quais não têm acesso, e para as quais não contribuem” — como o Congresso. Uma multidão de beneficiários da previdência do lado de fora da assembléia estadual ou em Washington é mais facilmente ignorada do que a mesma multidão invadindo uma agência de benefícios, especialmente se uma quantidade de multidões invade tais agências. Da mesma forma, argumentam Piven e Cloward, os estudantes que eram contra o envolvimento no Vietnã estavam estrategicamente corretos em fazer suas demonstrações *dentro das universidades*, muito embora tanto o pessoal administrativo quanto o corpo docente provavelmente compartilhassem de suas opiniões sobre a guerra. Em suma, para Piven e Cloward, existem ocasiões em que o homem que foi roubado por um homem grande e que dá uma surra num homem pequeno, porque é mais fácil, pode apresentar uma defesa política racional.

O que os pobres podem fazer é provocar perturbações, e *confiar nas ressonâncias políticas destas perturbações*, que poderão ser consideráveis nas épocas em que o sistema político e social esteja desequilibrado, que são exatamente as épocas em que os pobres podem ser estimulados a provocar perturbações. Isto não lhes dá muita influência, e suas ações não podem ser eficazmente planejadas ou seus resultados controlados. Os resultados serão controlados por quem fizer as concessões, de cima para baixo, mas concessões serão feitas. Nestas ocasiões “um pobre que seja desafiador pode auferir ganhos”. No entanto, o simples processo de concessão de cima para baixo que lhes garante esses ganhos é também o mesmo que tenta reintegrar o protesto em “formas de comportamento político mais legítimas e menos perturbadoras”, por exemplo, através do aliciamento de seus líderes. Quando o protesto é desta forma absorvido pelas instituições, os pobres abdicam da única arma que na verdade arranca progressos à força: sua recusa em participar do jogo estabelecido. Eles são, mais uma vez, desarmados. Mas um movimento que, em lugar de incentivar as perturbações, se concentra em transformá-las numa organização permanente, contribui para reinstitucionalizá-las e, portanto, desman-

telá-las. Os pobres, mesmo que não percam tudo o que obtiveram, são mais uma vez forçados a esperar pela próxima crise.

Este raciocínio não é satisfatório, mas seu ponto principal não deve ser rejeitado. Pois o conceito de “organização” inegavelmente precisa ser analisado de um ponto de vista mais realista. Pode ser facilmente demonstrado que os sucessos imediatos dos movimentos populares não são proporcionais a seus graus de organização. A organização sindical em massa, nos Estados Unidos, na década de 30, como todas as “explosões” análogas do movimento sindical operário das quais eu tive conhecimento, foi o *resultado* da mobilização de trabalhadores e não causa dela. Esta mobilização requer estímulo e liderança, mas é um erro supor que estes sejam inseparáveis da organização de massas. No caso extremo da revolução, a divergência é ainda mais notável. Ao contrário dos golpes, lançados a partir de posições de força estabelecidas, as revoluções bem-sucedidas quase nunca são planejadas, apesar dos esforços neste sentido. Elas por vezes acontecem, embora raramente nos dias de hoje, na ausência total de revolucionários organizados.

É, da mesma forma, evidente que as tentativas de criar organizações permanentes de massa a partir de grupos não-organizados (“os desempregados”, os opositores do recrutamento compulsório, os Consumidores, ou mesmo grupos mais coesos do ponto de vista existencial, como os negros e as mulheres) fracassaram quase universalmente. Essas organizações, geralmente frágeis e instáveis, são ou grupos de líderes cujo objetivo é mobilizar massas essencialmente desorganizadas para a ação, ou mais provavelmente exércitos de papel, marchando e fazendo barulho como se fossem exércitos reais e, com sorte, sendo aceitos como representantes e interlocutores de seus grupos, porque sob determinadas circunstâncias o sistema institucional requer que alguém desempenhe esta função. Mas, como Piven e Cloward nitidamente reconhecem, a força destes exércitos de papel depende não das poucas pessoas que eles consigam fazer vestir o uniforme, e sim da necessidade de levar em consideração as massas desorganizadas na vida real. A Organização Nacional pelos Direitos à Previdência Social, com poucos milhares de membros pagantes, obteve dinheiro e reconhecimento oficial porque “pôde se apresentar como a representação dos pobres, beneficiários da previdência social”. E como a “influência política dos pobres é mobilizada, e não organizada”, a organização que atrapalhar o caminho da mobilização é suicida.

Em terceiro lugar, é por vezes verdadeiro que movimentos organizados e solidamente estruturados são menos eficazes na mobilização da insatisfação coletiva do que movimentos soltos e sem estruturação. Estes últimos podem não durar, mas, enquanto duram, podem ser extraordinariamente influentes, exatamente graças a sua capacidade de apreender, e propagar um estado de espírito em um momento crucial, com o objetivo de descobrir e assegurar aquele consenso espontâneo, entre os militantes e as massas, que produz a ação coletiva. Os movimentos estudantis da década de 60 são uma ilustração educativa deste fato. Ninguém poderia tê-los planejado. Ninguém poderá subestimar sua escala, sua abrangência e seu impacto na época. Mas devemos admitir que suas limitações foram igualmente notáveis.

A poderosa contribuição de Piven e Cloward à causa do realismo é portanto bem acolhida. Eles podem (como eles próprios reconhecem) não mais surpreender muitos historiadores dos movimentos sociais, mas seu livro esclarecerá as mentes de políticos, pois uma boa parte da política ainda tem lugar em meio às pesadas nuvens do mito ideológico, da sabedoria tradicional popular, e da auto-ilusão que esta atividade gera em torno de si mesma, especialmente quando ninguém sabe exatamente o que está acontecendo. Além disso, é importante desmistificar certos conceitos específicos como “movimento de massa” e “organização de massa” com o objetivo de descobrir o que eles significam precisamente na prática. Por estas razões o livro de Piven e Cloward é enormemente construtivo.

Contudo, ele também é inadequado, pois seu campo de visão é excessivamente restrito. Ou melhor, os autores confiam demasiadamente em hipóteses. Assim, no sentido mais estreito, sua crítica do conceito de organização em movimentos específicos pressupõe a existência de organização como fator essencial em situações nas quais estes “protestos” surgem. Qualquer historiador dos movimentos sociais passados tem conhecimento de episódios que se coadunam exatamente com a fórmula de Piven e Cloward, de grupos de provocação exacerbada obterem concessões, sem serem perturbados pelo desejo de cobrar taxas, redigir estatutos e organizar congressos. Mas *somente* os historiadores têm conhecimento deles, pois, devido a sua falta de organização, eles desaparecem rapidamente, não deixando sinais de sua existência. O que a mobilização dos trabalhadores norte-americanos da década de 30 conquistou não foi inteiramente perdido

porque produziu a sindicalização permanente em massa; mas as insurreições dos trabalhadores nos planaltos peruanos, que por um curto período impuseram contratos coletivos em 1948, chegaram, partiram e foram esquecidas.

Num sentido mais amplo, “os pobres”, ou na verdade qualquer grupo subalterno, tornam-se sujeitos e não objetos da história somente através de coletividades formalizadas, não importa sob que tipo de estrutura. Todos sempre possuem famílias, relações sociais, atitudes com relação à sexualidade, infância e morte, e todas as características que mantêm os historiadores sociais proveitosamente atarefados. Mas, até os dois últimos séculos, como demonstra a historiografia tradicional, “os pobres” podiam ser ignorados a maior parte do tempo pelos seus “superiores” e, portanto, permaneceram largamente invisíveis a eles, precisamente porque seu impacto efetivo sobre os acontecimentos era ocasional, esparsos e efêmero. Se desde o final do século XVIII isto não mais acontece é porque eles se tornaram uma força institucionalmente organizada. Mesmo os regimes mais ditatoriais de nossos dias, mais cedo ou mais tarde, aprendem o que os governantes da antiguidade sabiam: como fazer concessões diante da pressão espontânea e desorganizada das massas, se necessário enfatizando a continuidade de seu poder autoritário através da punição de “agitadores” para salvar as aparências. O que eles procuravam evitar era a ação popular *organizada*. O que falta no Brasil de hoje não é a inquietação popular, e sim organizações que pudessem mobilizar esta inquietação.

Naturalmente, isto representa um duplo dilema para os populistas, os democratas e a esquerda em geral. As organizações, que proporcionam viabilidade ao “povo”, à classe ou ao grupo, são por definição superimpostas a eles, e tendem a ocupar o espaço que seria de seus membros ou integrantes, segundo várias limitações, geralmente inadequadas. Mais de acordo com o raciocínio de Piven e Cloward, a própria força da organização — as perspectivas a longo prazo, o planejamento e a permanência — pode ser inconveniente nos tempos de luta. Por estes motivos, alguns militantes acusaram o Partido Comunista Francês tanto em 1936 quanto em 1968. Pois, paradoxalmente, mesmo que elas sejam delicadas à revolução, a revolta não é o ponto forte das organizações. Insurreições não-revolucionárias iniciadas a partir das bases, que constituem o tema do estudo de Piven e Cloward, não encontram as organizações em sua melhor forma. As organizações não

conseguem se afirmar no primeiro dia da luta, mas sim a partir do segundo.

E, a partir daí, elas se tornam indispensáveis, mesmo — talvez especialmente — para os movimentos que combinam com a fórmula de Piven e Cloward, que é “escalar o ímpeto e o impacto do protesto perturbador a cada estágio de seu surgimento e evolução”. Pois os autores não são cegos indolentes à procura da utopia, para os quais a escalada é um fim em si mesmo (“*soyons réalistes, demandons l'impossible!*”),* mas estão, sim, interessados no que mais poderia ter sido obtido para os Dobres a partir de programas como o *New Deal* e a “Grande Sociedade”. Mas clamar pela escalada em si significa simplesmente pressionar para obter tanto quanto possível, sem qualquer mecanismo para definir o *quanto*, nem o quanto de *quê* é possível. Se ninguém formulou o conteúdo das concessões exigidas, cabe às elites dominantes formulá-lo, segundo sua conveniência. O movimento continua, nas próprias palavras dos autores, de “protesto”, que é por definição a reação dos subalternos. As organizações da esquerda podem, nestes momentos, ser acusadas de recomendar planos de ação incorretos, mas, certas ou erradas, elas são os únicos organismos que podem formular *planos de ação* para os pobres e, com sorte, executá-los. Elas são essenciais para quem quer aperfeiçoar a sociedade, porque para elas a questão não é obter mais ou menos da mesma, sim algo diferente.

Naturalmente, Piven e Cloward são pessimistas quanto às possibilidades de realização destes resultados. Os pobres, dizem eles, podem somente “criar crises”. Eles “não conseguem controlar a reação a elas”. Contudo, o pessimismo que sombreia livros como o deles deveria ser distribuído proporcionalmente. A outra face do desnorreamento da esquerda hoje é o desnorreamento do capitalismo. Os não-socialistas também vagueiam sem leme, apesar de grandes despesas com futurologia, uma pseudodisciplina inventada por este motivo. Ao contrário da atual crise econômica global, as fundações sobre as quais foram construídos a estabilidade e o progresso da “sociedade burguesa” também estão visivelmente se desfazendo: a ética do trabalho, a família, as relações estabelecidas entre os sexos e os grupos etários, a aceitação de normas sociais (“a lei e a ordem”), até mesmo a estrutura

* “Sejamos realistas, exijamos o impossível!”

e função, já há tanto tempo aceitas, da sua unidade política básica, a nação-Estado de porte médio ou grande. E mais, “o sistema” nem sempre pode absorver ou mesmo custear as concessões — quantitativas ou qualitativas — impostas a ele de baixo para cima. Há países, como a Grã-Bretanha e a Itália, onde este fato acarreta problemas econômicos e políticos importantes no momento atual.

Na verdade, a suspeita dos liberais de meados do século XIX, de que a democracia se provaria incompatível com uma economia de mercado, pode acabar sendo justificada também para o final do século XX, da mesma forma que outras previsões daquela época, já há muito descartadas, como a do desaparecimento do campesinato. Em suma, se as massas são incapazes de controlar ou mesmo de prever seus destinos, os integrantes das elites no momento atual também estão na mesma situação. Muitos deles pagariam um bom dinheiro para saber a favor de quem os mecanismos da história estão funcionando, à medida que se aproxima o ano 2000.

Esta é a razão pela qual a fórmula de ação de Piven e Cloward, que consiste em esperar por um momento propício, usar a força e ver o que acontece, é uma fórmula especialmente incerta, bem como um roteiro limitado. Ela supõe que a reação qualitativa ao “protesto” já esteja estruturada. O sistema político sempre saberá o que conceder, embora, sob pressão, possa sempre dar um pouco mais. Suas concessões trarão alguns ganhos “aos pobres”, mas ao custo da reabsorção do protesto pelo sistema, até que o ciclo seja rompido por outra crise que permita outra mobilização da insatisfação da massa, que, por sua vez, terá os mesmos resultados.

Mas isto não acontece mais. O papel dos “movimentos dos pobres” não é mais simplesmente forçar e receber, pois suas exigências, que não podem mais ser necessariamente integradas às operações do sistema, contribuem para mudá-lo e moldá-lo. É característico do atual estado do mundo que ninguém esteja totalmente certo do “que a circunstância histórica está pronta para conceder”, ou de quais serão as conseqüências das concessões para os pobres ou para o sistema. A única certeza é que, talvez com exceção do terror e das ditaduras militares, ninguém controla unilateralmente as reações às crises, e nem mesmo as ditaduras podem controlar suas conseqüências. Em resumo, o que “os pobres” fazem tem importância. Mais do que nunca, eles precisam não só de uma estratégia de pressões efetivas, mas de planos de

ação — e de organismos capazes de executar estes planos. Eles não estão martelando de fora do sistema, mas de dentro, com o potencial de transformá-lo.

Aqui reside a fragilidade essencial das estratégias de militância cega, das quais Piven e Cloward nos fornecem uma versão. Não basta forçar para ver o que acontece. As mudanças aparentemente dramáticas no sistema universitário efetuadas como concessão às revoltas de estudantes norte-americanos e europeus nem realizaram o que os estudantes desejavam (se é que eles o sabiam), nem significaram vantagem evidente para os estudantes ou para o sistema. Não basta dizer-lhes (ou dizer a qualquer outro grupo de rebeldes em potencial) que, da próxima vez que tiverem a oportunidade, eles podem conseguir mais.

(1977)

NOTAS

1. Frances Fox Piven e Richard A. Cloward. *Poor People's Movements: Why They Succeed. How They Fail*. Nova York. 1977.

a aristocracia operária, o sindicalismo e os direitos humanos.

A ênfase do começo ao fim é dada na forma de como as organizações políticas e as idéias do movimento se enraizaram no cotidiano da classe operária. O resultado é um livro que serve como uma valiosa fonte de referência àqueles que têm um interesse acadêmico pelo assunto, assim como uma inspiração aos que simplesmente querem descobrir algo sobre os *Mundos do Trabalho*.

Impressão e Acabamento
Bartira
Gráfica
(011) 4123-0265

CAPA: ISABEL CARBALLO
IMAGEM DE CAPA: DER STREIK - 1886
ROBERT KOEHLER
(1850 - 1917)